



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Assessoria Técnica - SUPEL-ASSEJUR

Parecer nº 65/2021/SUPEL-ASSEJUR

Referência: Processo administrativo nº 0028.173532/2020-17 - Pregão Eletrônico nº 564/2020/KAPPA/SUPEL/RO

Procedência: Equipe de Licitação KAPPA/SUPEL

Interessado: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM.

Objeto: Aquisição de roçadeiras, visando atender a esta Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM.

Valor estimado: R\$ 40.721,10

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. RECURSO ADMINISTRATIVO. PROPOSTA DE PREÇOS. PARECER TÉCNICO. PRODUTO INCOMPATÍVEL COM O OBJETO PRETENDIDO. DESEMPATE REGIONAL. PROPOSTA MELHOR CLASSIFICADA. CERTIDÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DILIGÊNCIA COMO MEIO DE PROVA. CONHECIMENTO. DEFERIMENTO PARCIAL.

I - INTRODUÇÃO

1. Trata-se de recursos administrativos interpostos tempestivamente pelas recorrentes **FERJAR FERRAMENTAS E AJARDINAGENS LTDA - ME** (0014865271) e **FABIO SILVA CUNHA** (0015207974), com fundamento no art. 4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 10.520/2002 no art. 26 do Decreto Estadual nº 12.205/06.
2. O presente processo foi encaminhado a pedido do Senhor Superintendente para fins de análise e parecer.
3. Abrigam os autos o **Pregão nº 564/2020/KAPPA/SUPEL/RO**.

II - ADMISSIBILIDADE

4. Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, interesse recursal, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.

III - DAS RAZÕES DE RECURSOS

III.1 - LICITANTE FERJAR FERRAMENTAS E AJARDINAGENS LTDA - ME (0014865271)

5. A Licitante **FERJAR FERRAMENTAS E AJARDINAGENS LTDA - ME**, ora Recorrente, apresenta inconformismo com a classificação da proposta da recorrida **META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI**, alegando que o produto ofertado para o item 01 não atende aos requisitos exigidos no edital, no tocante a potência da roçadeira, "*oferta-se 1,57KW/2,17CV, ou seja, inferior quase 10% ao solicitado no instrumento convocatório, cujo, solicita-se POTÊNCIA 1.7 KW /2.3 CV*" e a ausência de informação clara sobre a rotação máxima.

6. Pugna a recorrente **FERJAR** pela desclassificação da proposta da recorrida **META**, para o item 01.

III.2 - LICITANTE FSC SOLUÇÕES (0015207974)

7. A Licitante **FABIO SILVA CUNHA**, ora Recorrente, insurge contra a sua inabilitação no certame, por ter apresentado Certidão Negativa de Falência e Concordata desatualizada.

8. Alega a não observância do subitem 13.10 do edital, que prevê a convocação da licitante pelo sistema comprasnet para envio do documento atualizado ou ainda, a possibilidade de realização de diligência em tempo real para sanar qualquer dúvida.

9. Pugna a recorrente **FABIO SILVA CUNHA** pela sua habilitação no certame.

IV - DECISÃO DO PREGOEIRO (0015551712)

10. Compulsando os autos, verifica-se que o Pregoeiro julgou:

- **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela recorrente **FABIO SILVA CUNHA**; **PROCEDENTE** o recurso interposto pela recorrente **FERJAR FERRAMENTAS E AJARDINAGENS LTDA - ME**, reformando a decisão que classificou a proposta da recorrida **META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI**, para o item 01.

V - PARECER QUANTO AOS ATOS PRATICADOS NA FASE RECURSAL

V.1 - Recurso proposto pela recorrente FERJAR FERRAMENTAS E AJARDINAGENS LTDA - ME

11. Insurge a recorrente **FERJAR** contra a classificação da proposta da recorrida **META**, alegando que o produto ofertado para o item 01 não atende integralmente as exigências do edital, no que diz respeito a potência da roçadeira e sua rotação.

12. Sem contrarrazões, passamos à análise do mérito.

13. Extraí-se dos autos, que por se tratar de questões eminentemente técnica, a proposta de preços da Recorrida **META** (0014778841) foi encaminhada para análise técnica do Órgão interessado (SEDAM), com a finalidade de resguardar a Administração e dirimir eventuais dúvidas acerca do objeto ofertado.

14. A equipe técnica da SEDAM emitiu a Resposta SEDAM-GAD (0015308039), nos seguintes termos:

(...) **Resposta:** Em análise ao recurso impetrado pela empresa: FERJAR FERRAMENTAS E AJARDINAGENS LTDA - ME, verificou-se que o modelo ofertado pela empresa: META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIREL, não está condizente com as especificações descritas no instrumento editalício, uma vez que a potência solicitada é de: **KW/CV 1.7/2.3, ROTAÇÃO MÁX (RPM) 12.500 E ROTAÇÃO LENTA (RPM) 2.800** por isso, considerando a potência descrita no catálogo é de: **2,17CV /1,57KW/ 12.000RPM**.

Visando elucidar os fatos narrados pela licitante em forma de diligência foi realizado consulta ao sítio eletrônico da empresa NAGANO, verificou-se que a potência supramencionada não atende os requisitos editalícios.

IV – DECISÃO

Em remate, pelas razões de fato e de direito acima externar, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM, consubstanciado nos procedimentos adotados em homenagem aos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, celeridade, igualdade, vínculo ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, pelas regras do edital e com base na legislação pertinente, *s.m.j*, esclarece os questionamentos da Licitante, bem como informa que assiste razão aos argumentos impetrados pela recorrente, devendo a SUPEL realizar as medidas de estilo.

15. Depreende-se do Parecer técnico que a proposta da Recorrida **META** não atende as regras do instrumento convocatório, tendo em vista que o equipamento ofertado não possui a potência exigida.

16. É salutar que o ponto controvertido dos autos é de **caráter exclusivamente técnico**, porquanto refere-se às especificações do produto, as quais são elaboradas pelo Gestor Público. Assim, a análise técnica do produto é de **exclusiva responsabilidade da SEDAM** e, em consequência, seu resultado.

17. Frisa-se que em relação aos aspectos técnicos partiremos da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

18. Sabe-se que é dever da Administração zelar pela segurança e pela regularidade das ações administrativas, a fim de que não reste qualquer prejuízo à consecução do objeto contratado e, tampouco, retem feridos os direitos dos demais licitantes, de acordo com os princípios da Isonomia e da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

19. De acordo com o art. 41, da Lei nº 8.666/93, *“a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”*.

20. O Tribunal de Contas da União é assente no sentido de que a aceitação de equipamento diferente daquele constante da proposta do licitante e com características técnicas inferiores às especificações definidas no termo de referência afronta o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Eis o teor do acórdão 1033/2019 Plenário, divulgado no Informativo de Licitações e Contratos 368/2019:

"A aceitação de equipamento diferente daquele constante da proposta do licitante e com características técnicas inferiores às especificações definidas no termo de referência afronta o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (arts. 3º e 41 da Lei 8.666/1993) e o princípio da isonomia, diante da possibilidade de as diferenças técnicas entre os bens influenciar não só no valor das propostas, como também na intenção de potenciais licitantes em participar do certame."

21. Como se vê, a Recorrida não atendeu satisfatoriamente as exigências estabelecidas no edital de licitação.

22. Assim sendo, cabe à Administração o reexame dos atos do processo e ainda obediência ao princípio da autotutela administrativa, pois assim é a lição de José dos Santos Carvalho Filho:

"A autotutela envolve dois aspectos quanto à atuação administrativa: 1) aspectos de legalidade, em relação aos quais a Administração, de ofício, procede à revisão de atos ilegais; e 2) aspectos de mérito, em que reexamina atos anteriores quanto à conveniência e oportunidade de sua manutenção ou desfazimento". (p. 25).

23. Em apertada síntese, a autotutela abrange o poder de anular, convalidar e, ainda, o poder de revogar atos administrativos, estando expressa no art. 53 da Lei nº 9.784/99, art. 14 da Lei Estadual 3.830/2016,

assim como na Súmula nº 473 do STF:

Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Art. 14. A Administração Pública Estadual deve invalidar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade respeitados os direitos adquiridos, sempre assegurando a ampla defesa e o contraditório.

Súmula 473 do STF. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

24. Desta forma, quanto a este ponto, de cunho estritamente técnico, não há qualquer observação jurídica a ser realizada. A pregoeira, acertadamente, tomou sua decisão com base em manifestação técnica emitida pela secretaria interessada.

V.2 - Recurso proposto pela recorrente FABIO SILVA CUNHA

25. A Recorrente **FABIO SILVA CUNHA**, insurge contra a sua inabilitação no certame.

26. De acordo com a Ata de Realização do Pregão (0014864994), consta recusa da proposta da recorrente, por descumprimento ao subitem 13.7 do edital, ao apresentar certidão de recuperação judicial, extrajudicial e falência vencida.

27. Ocorre que, conforme informado pelo i. Pregoeiro em seu julgamento de recurso (0015551712), a não classificação da proposta da recorrente como vencedora, se deu em virtude da não apresentação da proposta mais vantajosa para Administração, pois não aceitou negociar o valor ofertado na fase de lances, afrontando assim a previsão do subitem 9.18 do edital e art. 9º, inciso II, alínea "b", do Decreto Estadual nº 21.675/2017. Vejamos:

Art. 9º Para aplicação dos benefícios previstos nos artigos 6º ao 8º:

II - deverá ser concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos seguintes termos:

a) aplica-se o disposto neste inciso nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superior ao menor preço;

b) a microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

c) na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente com base na alínea "b", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação da alínea "a", na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

28. Logo, acertada a decisão do pregoeiro em não aceitar a proposta da recorrente como melhor classificada.

29. Contudo, cabe frisar, no presente caso, que a não apresentação de proposta inferior a primeira colocada não é motivo para desclassificação de proposta, deixando a licitante apenas de usufruir os benefícios concedidos pela norma mencionada, assim, em um eventual retorno de fase o Pregoeiro deverá seguir a ordem de classificação das propostas melhores classificadas e verificar o atendimento as regras do edital.

30. Em relação a certidão de recuperação judicial, extrajudicial e falência, sabe-se que a apresentação de documentação válida é um ônus imposto, em regra, aos licitantes; os quais devem se certificar de que atendam a todas as exigências feitas e que reúnem os documentos aptos a comprová-las, no entanto, conforme previsto no art. 25, § 3º do Decreto Estadual nº 12.205/2006 e subitem 13.14 do edital, para fins de habilitação, a

verificação pelo Órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

Art. 25. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

§ 3o Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

31. Assim, não vislumbramos óbice quanto a realização de consulta em sítios eletrônicos diretamente pela própria Pregoeira para atualização da Certidão em debate, estando amparada ainda pelo art. 43, § 3º da Lei nº 8.666/93, que possibilita a realização de diligência (se de fácil acesso e sem ônus para a Administração).

32. Nesse sentido, o TCU já proferiu entendimento por meio do Acórdão 1.758/2003- Plenário, entendendo correta a conduta do pregoeiro que ao receber uma certidão de um licitante com prazo vencido, verificou diretamente no site do órgão emissor que a empresa estava em situação regular e habilitou, tendo tal procedimento reputado legítimo pelo TCU que salientou que a inabilitação, nesse caso, seria excesso de formalismo.

33. Com efeito, a aplicação da norma tem que ser temperada pelo princípio da razoabilidade e proporcionalidade e pelo formalismo moderado, sendo necessário ponderar os interesses existentes e evitar resultados, que a pretexto de tutelar, prejudiquem a satisfação de tutelar o interesse público.

34. Destarte, quanto ao quesito apresentação de certidão de recuperação judicial, existe a possibilidade legal e jurisprudencial do pregoeiro efetuar as diligencias necessárias para verificação/constatação de alguma dúvida, o que, em tese, poderia ter sido feito.

VI - CONCLUSÃO

35. Ante o exposto, sob o viés jurídico, esta Procuradoria não vislumbrou qualquer irregularidade na decisão.

36. Contudo, especificamente sobre a inabilitação da empresa pela ausência de certidão de recuperação judicial, informamos que existe a possibilidade procedimental do pregoeiro efetuar diligencias para suprir duvidas e falta de documentos. **Assim, recomendamos que a autoridade superior reavalie a decisão da Pregoeira no sentido de verificar se a diligencia poderia ou não ser realizada naquele caso, tomando a decisão que julgar pertinente.**

37. Oportunamente, submeter-se-á o presente recurso à decisão superior, conforme previsto no art. 109, § 4º, da Lei nº 8.666/93, conferindo-se regular curso ao processo, de acordo com a legislação em vigor.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNNO CORREA BORGES, Procurador(a)**, em 10/02/2021, às 13:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0015999101** e o código CRC **A244EB87**.

Referência: Caso responda este Parecer, indicar expressamente o Processo nº 0028.173532/2020-17

SEI nº 0015999101